

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.184.969 - ES (2017/0228001-4)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE : TN INDUSTRIAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**  
**ADVOGADO : MORENO CARDOSO LIRIO E OUTRO(S) - ES015075**  
**AGRAVADO : ESTADO DO ESPIRITO SANTO**  
**PROCURADOR : MARIA CHRISTINA DE MORAES E OUTRO(S) - ES002431**  
**INTERES. : TEIXEIRA NUNES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA**  
**INTERES. : WALTER TEIXEIRA NUNES**  
**INTERES. : WALTER NASSER TEIXEIRA NUNES**  
**INTERES. : DEMILSE NASSER TEIXEIRA NUNES**  
**INTERES. : TATHIANA NASSER TEIXEIRA NUNES**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo da TN INDUSTRIAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA. que objetiva admissão de recurso especial interposto contra acórdão do TJ/ES assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE DÉBITO FISCAL - REITERAÇÃO DE PARCELAMENTO RECONHECIMENTO DA DÍVIDA - INOCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO MANUTENÇÃO DA DECISÃO - RECURSO IMPROVIDO

I - Seria muito fácil o devedor corriqueiramente suspender o pagamento do débito fiscal e pleitear novamente o seu parcelamento no decorrer dos anos para ao depois afirmar a ocorrência da prescrição, quando já decorrido cinco anos.

II - O CTN, Preocupado com tais hipóteses como a aqui discutida, asseverou que por qualquer ato inequívoco que importe em reconhecimento do débito pelo devedor a prescrição será interrompida.

III- Recurso improvido.

No especial, a parte alega violação dos arts. 151, 156 e 174 do CTN, arts. 189 e 191 do CC/2002, bem como a ocorrência de divergência jurisprudencial, ao pleitear o reconhecimento da prescrição tributária.

Sustenta, em síntese, que após a exclusão do programa de parcelamento o prazo prescricional deve recomençar a correr da data do inadimplemento independentemente de novos pagamentos, não havendo falar em interrupção do prazo prescricional.

O recurso especial foi inadmitido por aplicação do óbice da Súmula 83 do STJ.

Contraminuta foi apresentada pela parte agravada.

Passo a decidir.

# Superior Tribunal de Justiça

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado Administrativo n. 2 do Plenário do STJ).

Considerado isso, importa mencionar que o recurso especial origina-se de agravo de instrumento interposto contra decisão de primeiro grau que indeferiu a exceção de pré-executividade que discute, entre outras alegações, a ocorrência da prescrição tributária após a exclusão do parcelamento.

O Tribunal *a quo* afastou a alegação de prescrição do crédito tributário reconhecendo a interrupção do prazo prescricional, mesmo após a exclusão do parcelamento (2004), em razão das diversas vezes em que o recorrente pleiteou administrativamente o restabelecimento do parcelamento (2004, 2007 e 2009), firmando-se diversos acordos com o fisco condicionados ao pagamento das parcelas vencidas, sendo o último datado de 17/08/2009.

A Corte estadual concluiu que cada uma das tentativas de restabelecimento do parcelamento caracterizava-se como novo ato inequívoco do devedor que reconhece o débito executado, impondo-se a interrupção da prescrição (art. 174, IV, do CTN) para cada uma dessas ocasiões (e-STJ fls. 652/658).

Opostos embargos de declaração, foram eles rejeitados.

Pois bem.

O recurso especial não merece conhecimento.

A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça consolidou-se no sentido de que o pedido de parcelamento do débito tributário interrompe a prescrição nos termos do art. 174, IV, do CTN por representar ato inequívoco de reconhecimento da dívida (REsp 1.369.365/SC, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 19/6/2013).

No mesmo sentido:

TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SUCESSÃO EMPRESARIAL. PARCELAMENTO DO DÉBITO FISCAL. INTERRUÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. AGRAVO INTERNO DA ELETROSUL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A Primeira Turma desta Corte, no julgamento do AREsp. 749.275/SP, Rel. Min. GURGEL DE FARIA, DJe 20.4.2018, firmou posicionamento segundo o qual, na sucessão empresarial por incorporação, a sucessora assume todo o passivo tributário da empresa sucedida, cuidando-se de imposição automática de responsabilidade tributária.

2. A adesão a parcelamento de dívida fiscal, por constituir ato inequívoco de reconhecimento do débito pelo devedor, interrompe a prescrição para a cobrança do crédito tributário, nos termos do art. 174, parág. único, IV do CTN.

3. Na espécie, o Tribunal de origem consignou que os pedidos de retomada do parcelamento tributário feito pela GERASUL tiveram o condão de interromper o prazo prescricional, por constituírem atos inequívocos de reconhecimento do débito, pelo que concluiu pela inexistência da prescrição.

4. Agravo Interno da ELETROSUL a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1469639/SC, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/04/2019, DJe 23/04/2019)

Na hipótese dos autos, a Corte *a quo* posicionou-se em conformidade com este entendimento, ficando impossibilitado o conhecimento do recurso especial por aplicação da Súmula 83 do STJ.

Com efeito, como relatado acima, o órgão colegiado do TJES consignou expressamente terem sido firmados diversos acordos de parcelamento do crédito executado, sendo que cada um destes acordos acompanhava novo reconhecimento inequívoco do débito a ensejar nova interrupção do prazo prescricional na forma do art. 174, IV, do CTN.

A referida conclusão tem por fundamento a análise criteriosa do contexto fático, sendo inviável sua reforma em sede de recurso especial por aplicação do óbice da Súmula 7 do STJ.

Por fim, o recurso também não merece conhecimento pelo suposto dissídio jurisprudencial, pois precedente apontado como paradigma (REsp n. 1.493.115/SP) não parece guardar similitude fática com a circunstância descrita nos presentes autos em que há nova adesão ao programa de parcelamento, com a assinatura de novos acordos formais entre o contribuinte e o fisco, e não a mera manutenção dos pagamentos mensais pelo devedor inadimplente.

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, “a”, do RISTJ, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator